

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS

práticas colaborativas
e políticas públicas

Bianca Santana
Carolina Rossini
Nelson De Luca Pretto

organizadores

São Paulo | Salvador | 2012

1ª edição | 1ª impressão



CASADACULTURADIGITAL



E D U F B A

financiamento



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS



Esta obra está sob a licença *Creative Commons* Atribuição 2.5 (CC-BY).
Mais detalhes em <http://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br>



Você pode copiar, distribuir, transmitir e remixar este livro, ou partes dele, desde que cite a fonte.

Coordenação editorial: Maracá - Educação e Tecnologias | Casa da Cultura Digital

Capa, projeto gráfico e diagramação: Lucas Pretti

Revisão: Daniela Silva, Thiago Carrapatoso e Flávia Rosa

Assistência administrativa: Viviane Souza



Casa da Cultura Digital

Maracá Educação e Tecnologias
Rua Vitorino Carmilo, 459
Santa Cecília - São Paulo - SP
(11) 3662-0571
casadaculturadigital.com.br



Editora da Universidade Federal da Bahia

Rua Barão de Jeremoabo, s/n
Campus de Ondina - Salvador - BA
(71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

Sistema de Bibliotecas - UFBA

-
- R292 Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas /
Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson De Lucca Pretto
(Organizadores). – 1. ed., 1 imp. – Salvador: Edufba; São Paulo: Casa
da Cultura Digital.
2012.
246 p.

ISBN 978-85-232-0959-9

1. Educação. 2. Educação Aberta. 3. Recursos Educacionais. 2
Professores. I. SANTANA, Bianca. II. ROSSINI, Carolina. III. PRETTO,
Nelson De Lucca.

CDU – 37.01

Equilíbrio entre os direitos autorais e as necessidades da educação

Paulo Teixeira

Entrevista a Paulo Darcie

texto anterior

**Produção de REA
apoiada por MOOC**

próximo texto

**Uma política estadual de REA
para beneficiar professores,
alunos e o poder público**

Em seu segundo mandato como deputado federal pelo PT-SP, Paulo Teixeira se destaca como um dos parlamentares mais ativos e respeitados quando se trata de compartilhamento e expansão de acesso, tanto na questão do digital como na saúde, com a quebra de patentes de medicamentos. Teixeira abraçou a causa dos Recursos Educacionais Abertos (REA) ao elaborar o Projeto de Lei nº 1.513/11, que prevê que os materiais didáticos financiados ou comprados pelo poder público não possam ser licenciados com todos os direitos reservados para autores ou editoras. O objetivo, além de ampliar o acesso aos materiais didáticos, é evitar que os governos desperdicem recursos, investindo duas vezes nos mesmos conteúdos – primeiro na produção e depois na compra de exemplares. O texto foi enviado à Câmara dos Deputados em 2011 e, hoje, aguarda parecer na Comissão de Educação e Cultura. Nesta entrevista, Teixeira esclarece os mecanismos que fazem dos recursos abertos uma alternativa que equilibra o respeito aos direitos autorais e as necessidades educacionais do Brasil, de maneira economicamente viável.

Quais seriam os benefícios de uma política de REA?

São três as grandes vantagens da adoção desse sistema. A principal vantagem é a otimização dos recursos públicos. A segunda está no acesso ao conteúdo, que fica facilitado a partir do momento em que ele passa a estar disponível online, e que a compra de livros didáticos deixa de ser o principal modo de se

acessar o conhecimento. E a terceira grande vantagem é a possibilidade de se adaptar o conteúdo para realidades regionais, o que acarreta uma melhora da qualidade do ensino.

A disseminação da prática de produção de conteúdos abertos depende de iniciativas pontuais ou de política pública?

Uma legislação seria importante por dar suporte legal para que se mude o paradigma em torno da produção de materiais didáticos. Ela traz à tona a discussão sobre como o investimento público deve ocorrer, e dá suporte para o gestor público escolher. Hoje, os governos gastam muito em obras intelectuais, mas não compram os direitos, apenas livros, exemplares. A cada vez que os governos precisam de novos exemplares do mesmo conteúdo que já foi comprado uma vez, precisam negociar mais e mais livros, pagando não só a nova impressão, como os mesmos direitos autorais. Em uma comunidade digital aberta isso não é necessário, pois, além de comprar livros impressos, é possível que os governos tenham direito sobre as obras. Nessa proposta, o mais lógico é licenciar as obras em *Creative Commons*, o que caminha junto com todo o conceito de que o investimento público deve ser mais bem direcionado.

Como se dá a passagem do professor do posto de consumidor para o de produtor?

Um livro de geografia produzido como REA, por exemplo, permite que os professores introduzam em suas páginas especificidades de sua região: um professor do Pará pode incluir informações mais profundas sobre a vegetação da Amazônia, e um da Bahia pode explorar mais a fundo as características do cerrado. O ensino de línguas é outro exemplo. Na realidade do estado de São Paulo, ele pode ser entendido como ensino de inglês e espanhol. No Amazonas, pode fazer mais sentido incluir o ensino de nhangatu (língua geral da Amazônia) ou ianomâmi. A descentralização é necessária para dar conta das necessidades de um país de proporções continentais. Livro didático com abrangência nacional é tabula rasa. É claro, no entanto, que seria preciso avaliar toda essa produção. Não adianta simplesmente produzir conteúdo, ele deve ter qualidade, passar pela aprovação de um comitê científico.

Por si só a possibilidade de adaptar conteúdo é suficiente para incentivar a produção por parte dos professores?

Podem-se criar também outros mecanismos de incentivo. Alguns estados,

como o Paraná¹, fizeram promoção na carreira do magistério. Essa é uma das maneiras de se incentivar.

Todos os estados brasileiros estariam preparados para adotar esse tipo de política?

É preciso organizar uma estrutura para a adoção desse sistema. Ela precisa ser implementada progressivamente. Os estados vão construindo sua estrutura e sua rede e, pelos benefícios que terão, verão que vale a pena investir nesse modelo, justamente por poderem se adaptar à realidade regional.

¹ Veja no capítulo Projeto Folhas e Livro Didático Público a entrevista com a equipe do Projeto Folhas da Secretaria de Educação do Paraná.